

ANÁLISE DOS REFLEXOS DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE IFRS E US GAAP NA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE EMPRESAS INGLESAS LISTADAS NA LSE

Ilse Maria Beuren
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Roberto Carlos Klann
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE

RESUMO

O artigo objetiva analisar os reflexos das divergências entre as normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standard - IFRS*) e os princípios contábeis geralmente aceitos americanos (*Generally Accepted Accounting Principles in the United States - US GAAP*) na evidenciação contábil. Para a pesquisa descritiva quantitativa foram selecionadas as 33 empresas inglesas listadas na *London Stock Exchange (LSE)*, que negociam *American Depositary Receipts (ADR's)* na *New York Stock Exchange (NYSE)*, tendo como referência as demonstrações contábeis de 2004 e 2005 enviadas pelas empresas à LSE e à NYSE. Foram identificadas as diferenças nos principais grupos de contas do Balanço Patrimonial e nos valores do lucro operacional e do lucro líquido da Demonstração de Resultado do Exercício dessas empresas. Os resultados demonstram que os principais grupos de contas afetados pelas divergências foram o Ativo Permanente, o Passivo Exigível a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido. As principais divergências observadas nas notas explicativas foram as relativas aos planos de benefícios a empregados, ao *Goodwill*, aos ativos financeiros, aos tributos diferidos e à avaliação dos intangíveis. Conclui-se que, de maneira geral, as divergências entre as normas contábeis internacionais (IFRS) e os princípios contábeis geralmente aceitos americanos (US GAAP) podem causar assimetria de informação contábil, entre o que é publicado para os diferentes usuários.

1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios de órgãos reguladores da contabilidade em âmbito mundial é diminuir ou até mesmo eliminar a assimetria da informação evidenciada nos relatórios produzidos segundo as normas de diferentes países. Para isso diversos organismos internacionais, como o *International Accounting Standards Board (IASB)*, a *International Federation of Accountants (IFAC)*, a *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*, o *International Organization of Securities Commission (IOSCO)*, entre outros, têm se esforçado para convergir as diversas normas locais para uma harmonização internacional.

Destaca-se entre esses organismos internacionais o IASB (*International Accounting Standards Board*), que tem esse firme propósito ao emitir as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standard - IAS*), conhecidas como IFRS (*International Financial Reporting Standard*). Essas normas muitas vezes divergem das emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, mundialmente conhecidas e que em épocas passadas quase que se confundiam como sendo normas internacionais, quando de fato são princípios contábeis geralmente aceitos americanos (*Generally Accepted Accounting Principles in the United States - US GAAP*).

A assimetria de informações fornecidas aos usuários, provocada por diferenças de normatização contábil entre os países, pode prejudicar as decisões de investidores e outros tomadores de decisões. Com uma economia globalizada, as informações contábeis das empresas são analisadas por diferentes usuários, nos mais diversos locais do mundo.

Minimizar ou eliminar essas diferenças pode ajudar especialmente os investidores na análise dessas informações, em qualquer mercado onde a empresa estiver negociando suas ações.

Apesar de todos os esforços no sentido de harmonização internacional das normas contábeis, é possível que uma empresa, por exemplo, apresente indicadores de desempenho favoráveis segundo as normas contábeis locais, mas não apresente a mesma performance se os índices forem calculados com base nas demonstrações contábeis preparadas segundo as normas de um outro país. É nessa perspectiva que a utilização dos IFRS, como normas internacionais de evidenciação contábil, vem ganhando força nos últimos anos, passando a ser utilizados de maneira integral ou de forma adaptada por diversos países.

Assim, o artigo objetiva analisar os reflexos das divergências entre as normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standard - IFRS*) e os princípios contábeis geralmente aceitos americanos (*Generally Accepted Accounting Principles in the United States - US GAAP*) na evidenciação contábil. Busca-se identificar as variações provocadas nos grupos de contas do Balanço Patrimonial e no lucro operacional e lucro líquido da Demonstração do Resultado do Exercício.

O trabalho está estruturado em seis tópicos, iniciando com essa introdução. Na seqüência faz uma incursão teórica na evidenciação contábil. Em seguida aborda sobre os esforços para harmonização internacional das normas contábeis, com ênfase nas principais divergências entre IFRS e US GAAP. Após descreve o método e os procedimentos da pesquisa. Depois apresenta os resultados da pesquisa, destacando as principais variações identificadas e os respectivos grupos de contas patrimoniais e de resultados afetados, decorrentes das divergências entre IFRS e US GAAP. Por último apresenta as conclusões da pesquisa realizada.

2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

Vários são os estudos e discussões sobre o que deve ser evidenciado pelas organizações. Most (1977) afirma que os Estados Unidos é o único país em que a evidenciação corporativa nos Estados não é regulada por leis corporativas. No Reino Unido, por exemplo, os regulamentos das companhias especificam o que deve ser reportado para os diretores e demais membros da administração. Na Alemanha, a forma precisa das demonstrações financeiras (contábeis) é determinada pelas “leis” das corporações, e a não observância desta forma pode causar sérias conseqüências legais.

No entanto, segundo Most (1977), mesmo nessas jurisdições onde a lei dita a forma e o conteúdo dos reportes corporativos, há um problema de evidenciação (*disclosure*). Observa-se que muitas companhias incluem mais dados em informações adicionais em seus reportes anuais do que é requerido pela lei. Diante disso, Most (1977, p. 89) faz o seguinte questionamento: “O que deveria ser evidenciado nas demonstrações e nos relatórios financeiros dos quais as demonstrações financeiras formem a parte central?”. Segundo o autor, essa questão tem sido objeto de amplos debates na literatura contábil.

Radebaugh e Gray (1977) entendem que a divulgação de informações não precisa ser necessariamente legal ou formal (*enforced*), pode ser voluntária ou informal (*voluntary*). O importante é que sejam as mesmas para todos, evitando assim o acesso a informações privilegiadas (*inside information*). No entanto, antes de se discutir o que deve ser evidenciado, precisa-se analisar o significado de evidenciação em termos contábeis.

Em relação à evidenciação contábil, Iudícibus (2004, p. 116) comenta que, “não se trata de uma convenção, mas como admitem alguns autores, de um capítulo especial da teoria da contabilidade. Na verdade, o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. Iudícibus e Marion

(1999, p. 53) ressaltam que a evidenciação, tratada como objeto da contabilidade, tem por objetivo “fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Segundo Most (1977), nenhum conceito significativo de *disclosure* tem sido identificado tanto pela *Security Exchange Commission* (SEC) quanto pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). Em geral, esses órgãos concordam que relatórios contábeis devem evidenciar tanto quanto é necessário para fazê-los não enganosos (*not misleading*). Parece ser um construto aberto, mas tentativas de torná-lo mais específico resultaram somente em confusão.

A esse respeito, Iudícibus (2004) adverte que o tipo e a quantidade de evidenciação dependem do grau de conhecimento do leitor desses relatórios. Primeiramente precisa-se conhecer o perfil da pessoa que irá receber essa evidenciação, para entender a qualidade e a quantidade de informação que esse indivíduo poderá “digerir”. Com relação à quantidade e à qualidade da evidenciação, Malacrida e Yamamoto (2006, p. 67) comentam que existem três conceitos básicos de evidenciação quanto ao tipo e quantidade de informações divulgadas: “evidenciação adequada (*adequate disclosure*), evidenciação justa (*fair disclosure*) e evidenciação plena (*full disclosure*)”.

Most (1977) e Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que não existem diferenças reais entre esses três conceitos. Para eles, a evidenciação adequada deve ser justa e plena, e assim por diante. Iudícibus (2004, p. 117) entende que toda informação para o usuário deve ter essas três características (ser adequada, justa e plena), pelo menos em relação ao detalhe que está sendo evidenciado. Explica que “o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente”.

No entanto, os métodos de divulgação podem assumir diversas formas e não estão restritos às demonstrações contábeis tradicionais. Informações importantes podem se divulgar por meio do Relatório da Administração, em Notas Explicativas, reuniões com analistas de mercado, entre outros. Embora a evidenciação se refira a todo o conjunto de demonstrações contábeis, Iudícibus (2004) relaciona vários métodos de realizar essa evidenciação:

- a) forma e apresentação das demonstrações contábeis - a colocação das demonstrações numa ordem que melhore a sua interpretabilidade ajuda a melhorar a evidência;
- b) informação entre parênteses - maiores esclarecimentos sobre uma conta ou critério de avaliação podem ser feitos entre parênteses;
- c) notas explicativas - tem como objetivo apresentar informação que não pode ser apresentada no corpo das demonstrações contábeis;
- d) quadros e demonstrativos suplementares - pode-se apresentar detalhes de itens das demonstrações contábeis que não caberiam no corpo destas;
- e) relatório da auditoria - serve como fonte adicional de informação para efeitos de mudança nos métodos ou princípios contábeis e diferença de opinião entre o auditor e o cliente;
- f) relatório da administração - informações de caráter não financeiro que afetam a operação da empresa.

Mais importante que o método de divulgação é a decisão acerca do que deve ser divulgado e sua tempestividade/oportunidade (BUENO, 1999). Segundo Beuren (1998, p. 30), “se a contabilidade tem como uma de suas principais funções suprir de informações úteis os gestores, cabe a ela gerar informações que dêem o devido suporte ao processo de tomada de decisões em todos os seus estágios”.

Choi e Mueller (1992) destacam que a evidenciação contábil é influenciada por quatro fatores principais:

- a) o ambiente em que a empresa está inserida (estágio de desenvolvimento econômico do país-sede, história colonial, etc.);
- b) o mercado de capitais (competição por recursos de menor custo);
- c) influências não-financeiras (como os sindicatos); e
- d) a resposta corporativa às demandas por maior transparência.

Portanto, o nível de evidenciação será mais ou menos elevado de acordo com essas características. Empresas de países com economia e mercado de capitais mais desenvolvidos tenderiam a realizar uma evidenciação mais transparente do que empresas de países com economia menos desenvolvida e um mercado mais fechado. Um exemplo sobre essa influência do ambiente e do mercado no nível de divulgação é apresentado por Hendriksen e Van Breda (1999), quando comentam que nos Estados Unidos é comum os relatórios serem preparados para os acionistas, credores e outros investidores. Já na Europa a visão é um pouco mais ampla, pois geralmente colocam-se os interesses dos funcionários e do Estado no mesmo patamar dos interesses dos acionistas.

Quaisquer que sejam as formas ou métodos de evidenciação utilizados, a informação produzida pela contabilidade deve ser divulgada de acordo com os interesses e possibilidades de entendimento de cada usuário, com a finalidade de auxiliá-los no processo de tomada de decisões. Além disso, conforme Bueno (1999), as informações não precisam ser, necessariamente, legais ou formais, podendo ser voluntárias ou informais, mas é fundamental que as informações sejam divulgadas para todos.

A divulgação de informações econômico-financeiras obrigatórias para as companhias abertas está regulamentada por diversas disposições legais (leis, decretos, instruções normativas). No entanto, há também evidenciações de caráter voluntário, independentes da imposição legal, tais como conscientização da necessidade e respeito (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

Hendriksen e Van Breda (1999) comentam que na medida em que as empresas passam a ter uma dependência maior por capital estrangeiro, tendem a fornecer uma evidenciação mais apropriada aos mercados onde pretendem captar recursos. No entanto, não se sabe se a maior qualidade da divulgação se deve à competição por fundos ou pelo desejo de buscar recursos no mercado Americano e do Reino Unido, que possuem uma rigorosa regulamentação para a evidenciação.

O argumento mais forte para a divulgação voluntária por parte das empresas é o fortalecimento de sua imagem perante o mercado de valores mobiliários. Isso contribui para uma melhor avaliação financeira da empresa, resultando num menor custo de captação, maior retorno e menor flutuação do preço de suas ações no mercado (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). Um estudo da PricewaterhouseCoopers com investidores institucionais e analistas apontou os cinco maiores benefícios de melhor evidenciação: aumento da credibilidade dos gestores, mais investidores de longo prazo, maior monitoramento por parte

dos analistas, melhor acesso a novos capitais e melhor avaliação do preço das ações (ECCLES et al., 2001).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), existem também empresas que relutam em aumentar o grau de evidência contábil sem que haja pressão da comunidade contábil ou do poder público. Alegam que maior divulgação ajudará os concorrentes em detrimento dos acionistas; dará aos sindicatos vantagem na negociação dos salários; que os investidores não entendem as políticas e procedimentos contábeis, e que isso os confundirá; que existem outras fontes de informação disponíveis a um custo mais baixo; e finalmente, que não se conhece as necessidades dos investidores.

Wong e Ho (2003) entendem que a divulgação compulsória e a divulgação espontânea complementam-se, realçando o funcionamento total do mercado. Apesar do aumento da divulgação voluntária, Carvalho, Trapp e Chan (2004, p. 265) apontam que por conta dos recentes escândalos envolvendo grandes empresas, o relacionamento entre os investidores e as empresas tornou-se menos sólido, dando lugar à desconfiança. “Conseqüentemente, elevou-se a demanda por mais informações relevantes, o que aumenta ainda mais a importância da transparência em demonstrações financeiras”.

Para suprir essa demanda, os órgãos de regulamentação têm empreendido esforços no sentido de determinar as informações que devem ser divulgadas pelas companhias abertas. A divulgação obrigatória passa a ser cada vez mais detalhada pelos órgãos reguladores, procurando-se com isso, devolver a credibilidade às demonstrações contábeis junto aos investidores. No entanto, essa credibilidade ainda não pode ser atingida em relação ao mercado global, em razão das divergências entre as normas contábeis internacionais, que podem causar assimetria de informação entre o que é divulgado nos diferentes mercados.

3 HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS

Os estudos sobre as causas das diferenças das normas contábeis internacionais apontam quase todos na mesma direção, citando as características e o sistema legal de cada país. Castro Neto (1998, p. 14), ao comentar sobre as prováveis causas das diferentes práticas contábeis dos países membros da Comunidade Européia, enumera os seguintes motivos: formação histórica do país; influência cultural; nível de controle governamental; estrutura de propriedade e levantamento de capitais; e peculiaridade dos princípios contábeis.

De acordo com Weffort (2005), as causas das diferentes práticas contábeis podem ser classificadas em: características e necessidades dos usuários e dos preparadores da informação, modo de organização da sociedade, aspectos culturais e outros fatores externos. No Quadro 1 faz-se uma associação dessas causas a algumas das razões mais freqüentemente apontadas na literatura, segundo Weffort (2005, p. 42).

Razões Genéricas	Exemplos de Razões Específicas
Características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ nível de educação e sofisticação dos usuários (especialmente, do gestor de negócios e da comunidade financeira); ✓ tipo de sistema de financiamento; ✓ características das empresas: tamanho, complexidade, multinacionalidade, endividamento, etc.
Características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ sistema de educação profissional dos contadores; ✓ <i>status</i>, idade e tamanho da profissão contábil.
Modos pelos quais se pode organizar a sociedade sob a qual o modelo contábil se desenvolve	<ul style="list-style-type: none"> ✓ sistema político; ✓ sistema econômico e nível de desenvolvimento; ✓ sistema jurídico; ✓ sistema fiscal.
Aspectos culturais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ valores culturais; ✓ religião;

	✓ linguagem.
Outros fatores externos	✓ históricos (principalmente, invasões e herança colonial); ✓ geográficos; ✓ laços econômicos e políticos.

Quadro 1 - Resumo das principais razões para as diferenças nas normas e práticas contábeis

Fonte: Weffort (2005, p. 42).

Para Weffort (2005, p. 42), “as razões muitas vezes se completam, se sobrepõem e até mesmo se confundem, sendo claramente interdependentes”. Sobre o assunto, Niyama (2005, p. 21) comenta que, “considerando-se que cada país tem seu conjunto de leis, regras, filosofias, procedimentos, objetivos (buscam proteger os seus interesses nacionais), é razoável supor que os sistemas contábeis de cada país venham a ser impactados por tais medidas”. Portanto, as divergências entre as normas contábeis internacionais não são originadas por apenas um fator, mas por um conjunto de fatores, que vão desde aspectos culturais até diferenças técnicas de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Desde o ano de 2005 as normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) passaram a ser adotadas por cerca de 92 países. Todas as empresas listadas nas bolsas de valores dos 25 países-membro da União Européia (UE) passaram a elaborar suas demonstrações contábeis com base nos IFRS. Num esforço pela harmonização global das normas contábeis, o FASB e o IASB firmaram um compromisso no sentido de eliminar as divergências significativas nos dois conjuntos de normas até 2007 (www.pwc.com.br).

As principais divergências no reconhecimento e mensuração contábil observadas por Niyama (2005) e pela PricewaterHousecoopers (2006) estão apresentadas no Quadro 2.

Divergências	Reconhecimento e Mensuração
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	IASB – geralmente reconhecidos como despesa do período. Ativos somente em casos específicos.
	FASB – todos os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser levados a resultado de maneira imediata, sem exceções.
Reavaliação de Ativos	IASB – é admitida para alguns ativos específicos. O IAS 16 aceita a reavaliação como tratamento alternativo, para evitar a divergência material entre o custo e o respectivo valor econômico de mercado.
	FASB – proíbe qualquer tipo de reavaliação.
Contabilização do <i>leasing</i> financeiro	IASB – a essência deve prevalecer sobre a forma. O bem deve ser registrado pela arrendatária como ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no passivo.
	FASB – segue a mesma linha do IASB, mas possui critérios definidos para caracterizar um <i>leasing</i> como financeiro. Nesse caso, o contrato deve ter pelo menos um desses requisitos: transferência de propriedade do bem para a arrendatária, valor de compra a preço de barganha, o prazo contratual deve ser superior a 75% da vida útil econômica do bem ou o valor presente dos pagamentos mínimos do <i>leasing</i> devem ser superiores a 90% do valor de mercado do bem arrendado na data de início da operação.
Contabilização do <i>Goodwill</i>	IASB – o <i>Goodwill</i> adquirido deve ser capitalizado como ativo e amortizado durante o prazo de vida útil, não superior a 20 anos. Caso se queira adotar um prazo superior a esse, deve ser realizado anualmente o teste de <i>impairment</i> . O <i>Goodwill</i> gerado internamente não pode ser capitalizado.
	FASB – deve ser capitalizado no ativo e realizado anualmente o teste de <i>impairment</i> , levando-se a resultado a diferença entre o valor do <i>goodwill</i> apurado e o efetivamente capitalizado.
Balanço Patrimonial	IFRS – não definem um formato específico, mas requerem segregação entre ativos e passivos correntes e não-correntes. A apresentação por ordem de liquidez somente é preferível quando apresentar informação mais confiável.
	US GAAP – podem apresentar um balanço classificado ou não. Os itens apresentados separadamente seguem geralmente uma ordem decrescente de liquidez.

Quadro 2 - Principais diferenças entre as IFRS e os US GAAP no reconhecimento e mensuração de elementos contábeis

Fonte: adaptado de Niyama (2005, p. 55-83) e PricewaterhouseCoopers (2006, p. 12-25).

As divergências apresentadas no Quadro 2 referentes ao reconhecimento e mensuração de elementos contábeis podem impactar os valores constantes das demonstrações contábeis. Portanto, uma mesma empresa pode apresentar diferentes composições de ativos e passivos, além de resultados divergentes, ao evidenciar as demonstrações contábeis elaboradas a partir dessas diferenças apontadas. Por conseguinte, pode ocorrer assimetria de informações se as demonstrações forem enviadas para diferentes países ou mercados de ações.

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem quantitativa. Gil (2002) comenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Nesse sentido, esta pesquisa busca descrever as principais divergências observadas entre as normas contábeis internacionais e americanas e a respectiva variação em grupos de contas patrimoniais e de resultados das empresas objeto de estudo.

No que concerne à abordagem quantitativa da pesquisa descritiva, Boudon (1989, p. 24) afirma que “as pesquisas quantitativas podem ser definidas como as que permitem recolher, num conjunto de elementos, informações comparáveis entre um elemento e outro”. Portanto, para a adoção da abordagem quantitativa é imprescindível a existência de um conjunto de elementos mais ou menos comparáveis.

Quanto ao procedimento para a coleta dos dados, esta pesquisa priorizou a análise documental, tendo como referência as demonstrações contábeis de 2005 enviadas pelas empresas à LSE e à NYSE. A pesquisa documental é caracterizada por Gil (2002) como aquela baseada em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico ou que podem ser reelaborados em razão dos objetivos da pesquisa.

O estudo é de corte transversal ou seccional, uma vez que o foco de análise compreende as demonstrações contábeis referentes aos anos de 2004 e 2005. Tendo com referências essas demonstrações contábeis, foram analisados os principais ajustes realizados pelas empresas no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício e evidenciados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

A população da pesquisa compreende as 1.306 empresas inglesas listadas na Bolsa de Valores de Londres (*London Stock Exchange - LSE*). Optou-se pelas empresas listadas na Bolsa de Londres por ser esta a bolsa de valores com o maior número de empresas européias listadas. A amostra é do tipo intencional, tendo como critério de seleção as empresas que apresentaram negociação de *American Depositary Receipts* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE) em janeiro de 2007. Com base nesse critério, selecionaram-se as 33 empresas inglesas listadas na Bolsa de Valores de Londres e com ADR's na NYSE.

Por fim, as limitações da pesquisa realizada decorrem da estratégia definida para a pesquisa. Uma delas deve-se a amostra selecionada, sendo que os resultados se aplicam somente a essas empresas. Outra decorre do período de análise que ficou restrito aos anos de 2004 e 2005, sendo que os resultados podem não ser os mesmos se forem considerados outros anos ou uma série de anos. No entanto, trata-se de um estudo que pode ser ampliado em pesquisas posteriores, com outras estratégias de pesquisa.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na descrição e análise dos dados apresentam-se os principais ajustes nas contas do Balanço Patrimonial e no lucro operacional e lucro líquido da Demonstração do Resultado do Exercício das empresas objeto de estudo, considerando-se as demonstrações contábeis de 2004 e 2005 enviadas por essas empresas à *London Stock Exchange* (LSE) e à *New York Stock Exchange* (NYSE), em razão das divergências entre as IFRS e os US GAAP.

5.1 Análise das variações em relação aos grupos de contas das demonstrações contábeis

Ao analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2004 e 2005 das empresas inglesas remetidas à LSE e à NYSE, verificou-se, primeiramente, que elas remeteram suas demonstrações contábeis com base nas IFRS, tanto à LSE quanto à NYSE. Para analisar então as diferenças entre as IFRS e os US GAAP, analisou-se a reconciliação do lucro líquido e do PL, das IFRS para os US GAAP, constante das notas explicativas dos relatórios *Form 20-F* enviados pelas empresas à NYSE.

A partir dessa análise, constatou-se a existência de variações nos principais grupos do Balanço Patrimonial, como também no lucro operacional e lucro líquido da Demonstração do Resultado do Exercício. As diferenças entre as IFRS e os US GAAP, a partir do somatório dos respectivos grupos contábeis de todas as empresas, são apresentadas na Tabela 1. Consideraram-se, de maneira global, os valores dos grupos do Ativo Circulante (AC), Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP), Ativo Permanente (AP), Passivo Circulante (PC), Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP) e Patrimônio Líquido (PL), itens do Balanço Patrimonial; e de dois itens da Demonstração do Resultado, o lucro operacional (LO) e o lucro líquido (LL).

Tabela 1 – Somatório dos grupos contábeis em IFRS e US GAAP das empresas inglesas em 2004 (em bilhões de euros)

<i>Indicador</i>	<i>AC</i>	<i>ARLP</i>	<i>AP</i>	<i>PC</i>	<i>PELP</i>	<i>PL</i>	<i>LO</i>	<i>LL</i>
IFRS	2.922,5	171,7	541,6	3.033,7	168,9	433,1	87,0	53,0
US GAAP	3.039,7	170,5	710,9	3.145,5	236,5	539,0	86,3	46,5
Diferença	4%	-1%	31%	4%	40%	24%	-1%	-12%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 1 revela que a diferença percentual no lucro líquido entre as IFRS e os US GAAP é de 12% nas empresas analisadas. Outros grupos que apresentaram variações significativas foram o Ativo Permanente (31%), o Passivo Exigível a Longo Prazo (40%) e o Patrimônio Líquido (24%).

Os demais grupos das demonstrações contábeis não apresentaram diferenças significativas, variando de menos um a quatro pontos percentuais. A mesma análise foi realizada para o ano de 2005, cujos resultados são demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Somatório dos grupos contábeis em IFRS e US GAAP das empresas inglesas em 2005 (em bilhões de euros)

<i>Indicador</i>	<i>AC</i>	<i>ARLP</i>	<i>AP</i>	<i>PC</i>	<i>PELP</i>	<i>PL</i>	<i>LO</i>	<i>LL</i>
IFRS	3.782,3	204,7	530,1	3.916,6	167,7	432,8	103,4	67,0
US GAAP	3.689,8	204,7	666,0	3.818,5	218,3	523,7	102,0	49,0
Diferença	-2%	0%	26%	-3%	30%	21%	-1%	-27%

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando-se na Tabela 2 o conjunto das 33 empresas, constata-se que as principais variações em relação às IFRS *versus* US GAAP encontram-se nos grupos do Ativo Permanente (26%), no Passivo Exigível a Longo Prazo (30%) e no Patrimônio Líquido (21%). Além dessas variações, houve também uma redução no lucro líquido de 27%. Nos demais grupos das demonstrações contábeis as diferenças observadas podem ser consideradas mínimas, variando de menos três por cento até zero.

Constata-se então que as divergências entre as IFRS e os US GAAP afetaram de maneira mais significativa o valor do lucro líquido, do PL, do PELP e do AP das empresas analisadas. Isso pode causar divergências de avaliação por parte de diferentes usuários. Dependendo de qual demonstração se está analisando (de acordo com as IFRS ou com base nos US GAAP), pode-se fazer avaliações diferentes da mesma empresa. Esse fato pode prejudicar decisões sobre investimentos nessas organizações, entre outros fatores.

Depois do levantamento das variações nas principais contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, procedeu-se a análise dos principais ajustes evidenciados nas notas explicativas às demonstrações contábeis enviadas à NYSE.

5.2 Análise das variações por grupo de contas baseadas nas notas explicativas

Os principais ajustes observados nas notas explicativas, com o correspondente item patrimonial ou de resultado afetado, são apontados no Quadro 3.

Empresas	Grupos de contas contábeis afetados pelas divergências do quadro de referência																												
	AC e PC				ARLP e PELP				AP				PL				LO e LL												
	3	5	6	7	3	5	6	7	1	2	3	4	8	1	2	3	4	5	6	8	1	2	3	4	5	6	8		
Abbey National		x	x			x	x					x	x				x	x	x	x				x	x	x	x		
Amvescap												x	x				x			x					x		x		
Astrazeneca		x	x			x	x					x	x				x	x	x	x				x	x	x	x		
Barclays		x	x			x	x		x			x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x	
BP		x	x			x	x					x	x				x	x	x	x				x	x	x	x		
British Airways	x	x	x		x	x	x					x	x	x			x	x	x	x	x			x	x	x	x		
British Sky Broadcasting Group			x				x						x	x				x		x	x				x		x		
BT Group	x	x	x		x	x	x					x	x	x			x	x	x	x	x			x	x	x	x		
Cadbury Schweppes		x				x			x			x	x	x			x	x		x	x				x	x		x	
Corus Group	x	x	x		x	x	x					x	x	x			x	x	x	x	x			x	x	x	x		
Diageo		x	x			x	x		x			x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x	
Gallaher Group		x	x			x	x						x					x	x	x						x	x	x	
Glaxosmithkline		x	x			x	x					x	x				x	x	x	x					x	x	x	x	
HSBC Holdings		x	x			x	x		x			x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x	
Imperial Chemicals Industries		x	x			x	x						x					x	x	x						x	x	x	
Imperial Tobacco Group		x				x							x	x				x	x		x					x	x		x
Intercontinental Hotels Group		x	x			x	x						x					x	x	x						x	x	x	
International Power		x	x			x	x			x			x	x	x	x		x	x	x	x		x		x	x	x	x	
Lloyds TSB Group	x	x	x		x	x	x					x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x	
National Grid		x	x			x	x						x	x				x	x	x	x					x	x	x	x
Pearson		x	x			x	x						x	x				x	x	x	x					x	x	x	x
Prudential		x	x			x	x						x					x	x	x						x	x	x	
Reed Elsevier		x	x			x	x						x	x				x	x	x	x					x	x	x	x
Royal Bank of Scotland Group	x	x	x		x	x	x		x		x		x	x		x		x	x	x	x			x		x	x	x	

Scottish Power		x	x			x	x		x			x	x	x			x	x	x	x	x			x	x	x	x
Signet Group	x	x			x	x			x		x	x	x			x	x	x	x	x			x	x	x		x
Smith & Nephew		x			x						x	x				x	x		x				x	x			x
Spirent Communications												x															x
Tomkins		x			x				x		x	x		x		x	x		x						x	x	x
Unilever	x	x	x		x	x	x			x	x	x			x	x	x	x	x				x	x	x	x	x
United Utilities		x	x		x	x					x	x				x	x	x	x					x	x	x	x
Vodafone Group											x	x				x								x			x
Wolseley	x	x			x	x				x	x	x				x	x	x						x	x	x	x
Legenda: 1 – Reavaliação de ativos 2 – Gastos com pesquisa e desenvolvimento 3 – <i>Leasing</i> financeiro 4 – <i>Goodwill</i> 5 – Planos de benefícios a empregados 6 – Ativos financeiros 7 – Estrutura do Balanço Patrimonial 8 – Outras																											

Quadro 3 - Variações em relação aos grupos de contas das demonstrações contábeis

Fonte: dados da pesquisa.

O Quadro 3 demonstra que, das divergências entre as IFRS e os US GAAP, as mais observadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas inglesas pesquisadas foram: as relativas aos planos de benefícios a empregados, observadas em 29 das 33 empresas pesquisadas; ao *Goodwill*, constatadas em 27 empresas; e as relativas aos ativos financeiros, presentes em 24 empresas analisadas.

Num posicionamento intermediário, destacam-se as divergências relativas à reavaliação de ativos, constatada em sete empresas; e as referentes à classificação de *leasing*, observada em oito empresas.

Já as divergências menos observadas nas notas explicativas das empresas inglesas foram às relativas aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, presentes em apenas duas empresas; além das diferenças relativas à estrutura do Balanço Patrimonial, não constatadas em nenhuma das empresas pesquisadas.

As divergências classificadas como “outras” no Quadro 3 envolvem diversos tipos de ajustes, listadas no Quadro 4.

Divergências	Grupos de Contas Afetados por Outras Divergências							
	AC	ARLP	AP	PC	PELP	PL	LO	LL
Avaliação dos ativos intangíveis			x			x	x	x
Avaliação de seguros e ativos securitizados	x	x				x	x	x
Custos de aquisição diferidos			x			x		x
Avaliação de empréstimos				x	x	x		x
Seguro de dívidas lançadas				x	x	x		x
Avaliação de ações preferenciais					x	x		x
Tributos diferidos					x	x		x
Custos de reorganização			x			x		x
Provisões				x	x	x		x
Interesses capitalizados			x			x		x
Reconhecimento de receitas e despesas	x	x		x	x	x	x	x
Consolidação	x	x	x	x	x	x	x	x
Estoque	x					x	x	x
Ganho na troca de ativos	x	x	x			x		x
Ajustes por aplicação do teste de <i>impairment</i>	x	x	x	x	x	x	x	x
Ajustes de equivalência patrimonial			x			x		x

Classificação dos dividendos				X	X	X		X
Reconhecimento de ativos e passivos	X	X		X	X	X		X
Ativos tangíveis/depreciação			X			X	X	X
Compensação aos empregados baseada em ações				X	X	X		X
Avaliação dos interesses minoritários				X	X	X		X
Valor justo de seguros disponíveis a venda	X					X		X
Avaliação de empréstimos				X	X	X		X
Danos liquidados e custos associados				X	X	X		X
Custos financeiros diferidos	X	X		X	X			X
Ativos regulatórios	X	X				X		X
Reversão de excessos não alocados de fundos com lucros			X			X		X
Ativos biológicos			X			X		X
Amortização de taxa de licença			X			X		X
Contingências				X	X	X		X

Quadro 4 - Grupos de contas afetados por outras divergências

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se no Quadro 4 que, entre as “outras” divergências em relação às normas contábeis internacionais (IFRS) e às normas americanas (US GAAP), observadas nas notas explicativas, por afetarem um maior número de grupos de contas contábeis, destacam-se: os ajustes de consolidação, aplicação do teste de *impairment* e reconhecimento de receitas e despesas.

O número de empresas afetadas pelas divergências do Quadro 4 é apresentado no Gráfico 1.

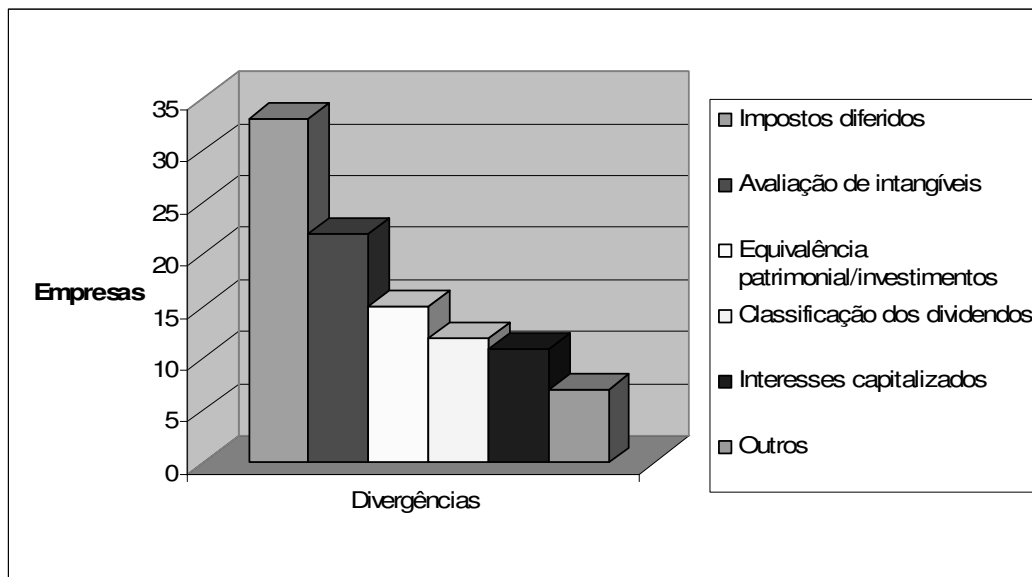


Gráfico 1 - Número de empresas afetadas pelas “outras” divergências observadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis das empresas inglesas

Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 1 demonstra que o ajuste mais observado nas empresas analisadas é referente aos tributos diferidos. Como ele é decorrente dos próprios ajustes feitos em decorrência das diferenças de normatização contábil, está presente nas notas explicativas de todas as 33 empresas.

Além dos impostos diferidos, outros ajustes podem ser destacados, como a avaliação dos intangíveis, observada em 22 empresas; os ajustes de equivalência patrimonial/investimentos, contatados em 15 empresas; a classificação dos dividendos, presente em 12 empresas; e a avaliação dos interesses capitalizados, observados em 11 empresas.

Os demais ajustes apontados no Quadro 4 foram constatados em no máximo sete empresas, destacando-se os relativos à consolidação, danos liquidados e custos associados, ativos regulatórios, ativos biológicos, amortização de taxa de licença e ajustes de contingências, observados em apenas uma empresa.

6 CONCLUSÕES

O artigo objetivou analisar os reflexos das divergências entre as normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standard - IFRS*) e os princípios contábeis geralmente aceitos americanos (*Generally Accepted Accounting Principles in the United States - US GAAP*) na evidenciação contábil. Foram selecionadas as 33 empresas inglesas listadas na *London Stock Exchange (LSE)*, com negociação de *American Depositary Receipts (ADR's)* na *New York Stock Exchange (NYSE)* em janeiro de 2007, para fins de análise dos reflexos nas demonstrações contábeis de 2004 e 2005 enviadas pelas empresas à LSE e à NYSE.

Com base na análise dos valores do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, dos anos de 2004 e 2005 das empresas inglesas, constatou-se que os grupos mais afetados foram o Ativo Permanente, o Passivo Exigível a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido dessas organizações. Infere-se do exposto que essas diferenças podem acarretar assimetria de informação contábil, podendo prejudicar a análise de indicadores de desempenho da empresa, principalmente indicadores de rentabilidade e de endividamento. Isso pode prejudicar decisões de investidores ou de outros usuários dessa informação contábil em relação a essas empresas.

No que concerne à análise das notas explicativas, observou-se que as divergências mais encontradas foram as relativas aos planos de benefícios a empregados, ao *Goodwill*, aos ativos financeiros, aos tributos diferidos e à avaliação dos intangíveis. Ressalta-se que essas divergências afetam principalmente os grupos do Ativo Permanente (*Goodwill* e avaliação de intangíveis), do Ativo Realizável a Longo Prazo (ativos financeiros e tributos diferidos) e do Passivo Exigível a Longo Prazo (planos de benefícios a empregados). Além disso, por consequência, acabam por afetar também o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido das empresas analisadas.

Esse fato foi constatado na análise anterior, quando foram comparados os valores dos respectivos grupos de contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, elaborados com base nas IFRS e nos US GAAP. Apenas o Ativo Realizável a Longo Prazo não sofreu uma variação significativa quando da comparação das IFRS com os US GAAP. Talvez o valor dos ajustes relativos aos ativos financeiros e aos tributos diferidos não tenham sido significativos a ponto de causar diferenças significativas no valor desse grupo.

Conclui-se que, de maneira geral, as divergências entre as normas contábeis internacionais (IFRS) e os princípios contábeis geralmente aceitos americanos (US GAAP) podem causar assimetria de informação contábil, entre o que é publicado para os diferentes usuários espalhados pelo mundo. Dependendo da demonstração que se está analisando, com base nas IFRS ou com base nos US GAAP, esses usuários podem tomar decisões diferentes sobre a mesma empresa. Isso demonstra a importância dos esforços internacionais pela

harmonização das normas contábeis em âmbito mundial, para que se possa ter uma informação harmonizada para todos os tipos de usuários.

Considerando-se as limitações do presente estudo recomenda-se para futuras pesquisas que sejam investigadas outras empresas para averiguar as diferenças nos grupos de contas contábeis do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício dessas empresas na conversão de suas demonstrações de IFRS para US GAAP. A análise de uma série histórica de demonstrações contábeis pode levar a resultados diferentes, principalmente em decorrência da obrigatoriedade a partir de 2005 da adoção das IFRS nos países-membros da União Européia. Recomenda-se também que sejam investigadas outras diferenças na identificação e mensuração de eventos em decorrência da diversidade nas normas contábeis de países e, por conseguinte, considerados outros grupos de contas contábeis afetados.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.

BOUDON, Raymond. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BUENO, Artur F. Problemas de *disclosure* no Brasil: o caso das empresas com ações no exterior. **Caderno de Estudos** - FIPECAFI, São Paulo, nº. 20, jan./abr. 1999.

CARVALHO, L. Nelson G.; TRAPP, Adriana Cristina Garcia; CHAN, Betty Lílian. Disclosure e risco operacional: uma abordagem comparativa em instituições financeiras que atuam no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 264-273, jul./ago./set. 2004.

CASTRO NETO, José Luis de. **Contribuição ao estudo da prática harmonizada da contabilidade da União Européia**. 1998. 232 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

CHOI, Frederick D.S.; MUELLER, Gerhard D. **International accounting**. 2. ed. Prentice Hall, 1992.

ECCLES, Robert G. et al. **The value reporting revolution**: moving beyond the earnings game. PricewaterhouseCoopers. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAFRA, Mário A. F; NESS JR, Walter L. O relatório da administração no Brasil: peça de informação ou de ficção. In: ENANPAD, 26., 2002, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. CD-ROM.

MALACRIDA, Mara J. C.; YAMAMOTO, Marina M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Caderno de Estudos**, FIPECAFI, São Paulo, Edição Comemorativa, set. 2006.

MOST, Kenneth S. **Accounting theory**. Columbus: Grid, 1977.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **Semelhanças e diferenças IFRS x US GAAP x práticas contábeis adotadas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2006.

RADEBAUGH, Lee H.; GRAY, Sidney J. **International accounting and multinational enterprises**. 4. ed. Boston: Wiley & Sons, 1997.

WEFFORT, Elionor F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

WONG, Kar Shun; HO, Simon S. M. Preparer's perceptions of corporate reporting and disclosures. **International Journal of Disclosure and Governance**. Londres, v. 1, n. 1, Dec. 2003.